

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 88
Novembro – 2007

S U M Á R I O

- 2 Estados Unidos: do duplo insucesso militar ao terceiro? Virgílio Arraes
- 4 A eleição de Cristina Kirchner e o Brasil José Alexandre Altahyde Hage
- 6 Índia – a multiculturalidade de Mumbai: seguidores e críticos de Rama Paulo Antônio Pereira Pinto
- 9 Governança climática global: desafios e perspectivas Alberto Teixeira da Silva
- 11 O movimento nuclear indo-brasileiro em perspectiva Ricardo dos Santos Poletto
- 18 Eleições parlamentares na Ucrânia: conseqüências domésticas e regionais Rafael da Soler

Estados Unidos: do duplo insucesso militar ao terceiro?

VIRGÍLIO ARRAES*

Disponibilizado para o segundo plano – mesmo pelos postulantes à candidatura do Partido Republicano e do Democrático à Presidência da República – em decorrência do cataclismo militar no Iraque, o Afeganistão prossegue, em seu cotidiano, sem uma definição política acerca de seu futuro: se próximo da coligação amero-européia, via Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ou do Talibã. Seis anos de presença externa mantiveram a fragmentação da sociedade afegã e acrescentaram-lhe mais um conflito, de duração interminável.

Em seu desfavor, os governos europeus não conseguem sequer capturar Osama Bin Laden. Outrossim, os investimentos anunciados para a recuperação da infra-estrutura e para o estímulo da economia não chegaram de forma considerável. Desta maneira, graças à inabilidade ocidental, o país tornou-se novamente um dos principais abastecedores de ópio do mundo.

Uma das conseqüências mais dramáticas da atual ocupação é a sabotagem ao trabalho de organizações internacionais, impedidas, por exemplo, de levar viveres a determinadas povoações – estimam-se cem mil toneladas perdidas por investidas apenas em 2007. Minimizada perante os meios tradicionais de comunicação, a presença da insurgência talibã chega a mais da metade do país, sem que as tropas militares ou os efetivos policiais possam detê-la.

Um dos aspectos mais preocupantes é o recrutamento constante de paquistaneses, uzbeques e chechenos – até de chineses – ao apresentar-lhes o conflito como uma guerra santa de natureza global, tendo por alvo não mais os militares e o Presidente Hamid Karzai tão-somente.

Some-se-lhe a intensificação da violência, ao valer-se o Talibã dos homens-bombas: entre 2001

e 2004, cinco ataques haviam ocorrido; no ano seguinte, 17; em 2006, 123, e, em 2007, 131 – os dados são do relatório *Stumbling into chaos: Afghanistan on the brink* publicado em novembro pelo centro de análise Senlis Council. Este tipo de ataque traz inevitavelmente à memória o Iraque.

Entrementes, os reveses não impedem que formuladores neoconservadores – conquanto os realistas tenham obtido maior presença na Casa Branca, após os evidentes fracassos tanto no delineio como na implementação das invasões aos territórios iraquiano e afegão – cogitem atacar o Irã, a pretexto de interromper o programa de nuclearização do país, em vista do eventual caráter bélico.

Desagarrados da realidade, por ser-lhes há anos adversa, os neoconservadores esboçam cenários onde as justificativas adequam-se ao propósito final: a ocupação, precedida assim de uma superestimação de algum ponto por meio da qual a diplomacia previsivelmente falhará por insuficiência de tempo para encaminhamento pacífico.

Destarte, o recurso inexorável às forças armadas, inabilitadas momentaneamente – conforme depoimentos prévios ao Congresso do Almirante William Fallon, titular do Comando Central dos Estados Unidos, e do General George Casey, Chefe do Estado-Maior do Exército – para um terceiro confronto de monta.

O caso mais recente e estrepitoso foi o do Iraque, onde se invocou perante a comunidade internacional a existência de armas de destruição em massa, até hoje não localizadas, apesar dos mais de quatro anos e meio de intensa presença.

Nem mesmo a possibilidade de que haja apenas ataques aéreos ‘cirúrgicos’ às instalações nucleares redime a idéia de insensatez porque Teerã teria

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

de responder. Sob acometida, o governo iraniano fortalecer-se-ia politicamente do ponto de vista interno. Arremeter contra o Irã ocasionaria o reajuste substancial dos preços do petróleo, visto que o estreito de Ormuz, por onde passa 1/5 da produção mundial, se tornaria cenário para operações militares intempestivas de ambas as forças armadas, o que impediria a navegação civil regular.

O Irã dispõe atualmente de mísseis com alcance de quase dois mil quilômetros, o que lhe propicia condições para atingir tanto Iraque como Israel. Politicamente, Teerã poderia movimentar o Hizbolá no Líbano e, por conseguinte, transformar um conflito bilateral em um regional, de implicações naturalmente político-econômicas globais.

Além do mais, investir em menos de uma década contra três países muçulmanos acarretaria

subscrever aos extremistas a idéia de um choque de civilizações e tumultuária – em virtude da existência de comunidades xiitas significativas – países como Arábia Saudita, onde há mais de dois milhões de fiéis, Bahrein, o próprio Iraque, Paquistão, bastante instável no presente momento e militarmente nuclearizado, e mesmo a secular Turquia.

Desta forma, ataques indistintos contra alvos norte-americanos ou até ocidentais poderão ser executados fora do Oriente Médio. É necessário, portanto, incluir o Afeganistão na pauta da política externa dos pré-candidatos à Presidência, de maneira que se observe não ser a mera execução de projetos belicosos errônea, mas sim a sua formulação também. Assim, a incerta nuclearização militar do Irã deve ser remetida para o debate em fóruns multilaterais com o apoio dos Estados Unidos.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@meridiano47.info indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A eleição de Cristina Kirchner e o Brasil

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

A eleição de Cristina Kirchner para a Presidência da República Argentina merece análise porque é de interesse da política externa brasileira por vários motivos. Dentre esses motivos há a importância que o país vizinho tem para o Brasil e sua relação com o MERCOSUL. Não há como pensar o processo de integração regional sem a Argentina, mesmo com os contratempos e conflitos de concepção que o tema provoca há algum tempo. Isto porque, a Argentina já era importante para o Brasil antes do bloco e continua a sê-lo.

Tivemos oportunidade de dizer em outro texto publicado neste espaço que o processo de integração regional tem sido uma segunda pele para o Itamaraty há muito tempo. Não é um comportamento que começou com governo Lula e seus esforços de conceber algo volumoso institucionalmente, mas sim com os desejos de José Sarney, em 1986, de deixar a bom termo as disputas que havia entre Brasília e Buenos Aires pela balança do poder regional, e sobre isto pesava a política nuclear e Itaipu. Daquela data até agora a política externa brasileira só fez frisar que a integração é algo que não escapa de sua agenda, que faz parte de um projeto de desenvolvimento nacional mais ampliado.

A relação da Argentina com o Brasil e, por vez, com o MERCOSUL tem sido uma sucessão de atração e distância, sobretudo com o governo de Nestor Kirchner, cuja permanência na Casa Rosada vai até dezembro de 2007 e pretende deixar o país com menos problema possível para sua mulher, por exemplo, afastar a iminente crise de energia elétrica.

Não é segredo que a administração de Nestor Kirchner tencionava marcar relativa distância do Brasil, o que acabou esfriando um pouco a idéia de que a integração regional seria proveitosa para projetos de desenvolvimento nacional, ao menos para

a Argentina. No fundo, o presidente havia posto a opinião de que o relacionamento entre Argentina e Brasil não lograva vantagem econômica para o primeiro, pois ficava altamente atrelado a um país que não tinha tanta riqueza assim para ser aproveitada.

Relacionamento que fora em grande parte montado pela atuação de Carlos Menem na Presidência da República, na década de 1990, dando a entender que só haveria futuro promissor para a Argentina se o Brasil estivesse junto dela. Atuação que aproveitara a posição cambial do plano real brasileiro e tinha no parceiro maior o espaço mais importante para suas exportações de laticínios, vinhos, autopeças e outros produtos de médio e baixo valor agregado.

O que maculou a relação que a Argentina aproveitava até então foi à postura unitária do Brasil ao depreciar seu câmbio em janeiro de 1999, tornando os produtos argentinos pouco competitivos no espaço nacional e aumentando a presença da indústria brasileira no mercado consumidor platino a partir de produtos mais complexos industrialmente, com a chamada linha branca. Da atuação da linha branca é que surgiram posturas que contra-atacaram a decisão brasileira sobre a desvalorização de anos antes, como as medidas fitossanitárias de razão mais politizada do que econômica e outras medidas de proteção.

Em parte, a eleição de Nestor Kirchner em 2003 foi um balsamo para situação difícilíssima que a Argentina passou nos campos econômico e político. Economicamente, o país havia entrada em solvência por causa da falta de condições de saldar a dívida externa e outros compromissos financeiros internacionais. Houve a interpretação que a gestão de Menem havia posto o Estado em situação calamitosa em vista de sua filiação exagerada aos ditames dos organismos internacionais para que aumentasse a imagem da Argentina como confiável. Mesmo

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan – São Paulo (alexandrehage@hotmail.com).

o propósito do Fundo Monetário Internacional que fora longamente respeitado naquele país saiu bastante arranhado, já que não houve socorro algum. Quer dizer, não houve ajuda financeira nem para Argentina nem para Indonésia que também havia entrado em crise semelhante nos anos de 1999 e 2000. Até Kissinger criticou o FMI.

Do ponto de vista político a situação era de crise profunda. Não necessariamente por causa do período Menem na Presidência, mas sim em razão da maneira de como a Argentina se organiza politicamente, a relação entre o poder central e as províncias. Isto porque a cronologia histórico-política do país é uma sucessão de duas lutas, dois grupos que se digladiam desde o século XIX, na época de Sarmiento. De um lado há o partido que defende a centralização do poder que, por vias indiretas, acaba privilegiando o papel representado por Buenos Aires, a área mais rica economicamente do Estado e, ainda, com perfil político engrandecido.

Este fato contribuiu muito para a crise de 2001 e 2002 em que não houve quem pudesse comandar o Estado na vacância de Fernando de la Rúa que renunciara, em parte, por causa desse impasse que há na Argentina há muito tempo. A falta de pagamentos de tributos por parte das províncias pobres ou em relacionamento difícil com o Distrito Federal contribuiu para subir o tom de crise política e econômica do Estado como um todo.

A escolha de Kirchner conseguiu superar, de certo modo, aquela fissura política e econômica a partir de uma fórmula não mais tida na América Latina como válida ou conveniente. O uso do nacionalismo e da concentração do poder no Executivo foi uma das marcas daquele presidente. Aumentar o poder de decisão na Casa Rosada, certamente, ajudou o presidente a tomar duas medidas de grande risco para um país de baixos recursos de poder.

Kirchner entrou em um novo relacionamento com o FMI sugerindo anistia para boa parte de sua dívida externa. Como se fosse movido por um sentimento de culpa o organismo internacional acatou a fórmula do executivo argentino sem muita contestação. Na verdade as críticas contra o presidente ficaram mais por conta de intelectuais orgânicos ligados

a agências de avaliação e risco e grandes jornais, inclusive alguns brasileiros. Depois disso a Casa Rosada procurou por o Estado mais uma vez no campo da infra-estrutura, fazendo com que a energia elétrica e petróleo voltassem a ser temas de interesse estatal antes de tudo. A recriação de burocracias públicas para energia fez com que houvesse refluxo em uma tendência tida como normal na América do Sul, a globalização energética em que empresas internacionais comprariam ativos de homônimas locais.

Agora, com a escolha de Cristina Kirchner há uma incógnita típica de ambientes políticos sob "segmentados" por membros da mesma origem, partido ou grupo social afim. Deverá a senhora dar continuidade à política autonomista de seu marido guardando, inclusive, alguma reserva em relação ao Brasil? Isso deverá ocorrer pelo fato de ambos partirem no mesmo núcleo partidário, o Justicialismo, e familiar, os Kirchner?

É atraente o fato para se observar lugares onde o fenômeno do "continuismo" existe. Mas sempre deverá haver cuidado para não cair em falsas evidências. A existência de alguns Bush na política norte-americana dá a entender que existe uma linha comum entre eles, propensos a um tipo de conservadorismo de teor protestante e pouco afeito a sofisticações. No mesmo pé houve a participação de membros da família Frei, no Chile, com a visão de que foram presidentes sensíveis socialmente e bem-preparados politicamente.

Mas com relação à eleição de Cristina não podemos ainda apontar tendências. Em suas primeiras declarações a eleita disse que não haverá como negligenciar o papel do Brasil, pois ele é demasiadamente importante para a Argentina. Estas palavras ainda não são claras, não são suficientes para se saber se a futura ocupante da Casa Rosada seguirá os caminhos do marido ou terá autonomia intelectual e política própria para trilhar seu caminho.

Em todo caso, seria lícito para o espírito regionalista do Itamaraty que a senhora Kirchner tivesse maior afinco em alimentar o MERCOSUL e tivesse consonância de projetos com o Brasil. Isto se ainda houver animo para tirar os planos de integração da letargia.

Índia – a multiculturalidade de Mumbai: seguidores e críticos de Rama

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO*

Mumbai continua uma festa! Após os dez dias de celebração do Ganesha, em outubro, aos quais me referi na coluna anterior, trata-se, em novembro, de comemorar o Diwali, uma espécie de Natal hinduísta. Durante cinco dias, portanto, estará sendo marcado, na Índia, o “festival das luzes”, por cinco diferentes razões.

Em Mumbai, o principal motivo de comemoração é o retorno de Lord Rama ao Reino de Ayodhya, com sua esposa Sita e seu irmão Lakshmana, após a vitória sobre o “Rei Demônio Ravana”, de dez cabeças, há cerca de três mil anos. Além disso, na rica história indiana, existem outros motivos para a “iluminação” deste longo feriado. Assim, celebram-se, também: a derrota de Indra, a perigosa deusa do trovão e da chuva, por Krishna; o sucesso da esposa deste, sobre a entidade do mal Narakasura; o término de período de retiro espiritual da deusa Shakti; e o retorno anual à Terra, do Deus Bali.

Nada supera, no entanto, nesta cidade, o fervor com respeito ao retorno de Rama a seu reino. O tema, ademais, foi motivo de controvérsia política recente.

Isto porque, no mês passado, a “Archeological Survey of India” emitiu parecer, no qual afirma que: “o conteúdo do Ramayana, mesmo se admitindo que o texto faça parte importante da antiga literatura indiana, não existe registro histórico para provar, de forma incontroversa, a existência dos personagens e ocorrência dos fatos relatados”. O parecer técnico – que permitiria a construção de um canal que facilitaria a navegação do Leste a Oeste da Índia, sem o contorno do Sri Lanka – foi considerado, pelos hinduístas fundamentalistas como tremenda afronta a suas crenças mais sagradas.

O Ramayana, a propósito, é um dos textos mais antigos da Índia e, tendo sido escrito há mais de três mil anos, permanece imensamente popular. A saga de Rama tem fascinado inúmeras gerações (encarnações) indianas. Não resta dúvida, quanto ao mérito literário da obra, que justifica, em parte, sua sobrevivência. O mais impressionante, no entanto, é o profundo impacto que vem produzido, nestes últimos três milênios, no imaginário da população deste país e em vizinhos do Sul e Sudeste Asiático, sem discriminação de casta, posição social ou nível intelectual.

Da mesma forma que em outras epopéias, o foco é uma sequência de incidentes na vida do herói da narrativa: Rama. Existe, no texto, ademais, enorme riqueza de personalidades e eventos, bem como fantasias do tipo de carruagens que voam, macacos, aves e outros animais que falam, dramas como o sequestro da esposa de Rama, Sita, e o fato de o Rei ter que determinar o exílio de seu filho querido.

Acima de tudo, o Ramayana representa a celebração de emoções e ideais. Assim, ressalta-se o profundo amor filial de Rama, a devoção de sua esposa a ele, a aliança incondicional de seu irmão Lakshmana. Tais sentimentos fortes têm afetado os leitores, através dos sucessivos momentos de turbulência e incertezas que afetaram a longa história da Índia.

Em resumo, o enredo do poema desenvolve-se em período durante o qual dois poderosos reinos, o dos Kosalas e o dos Videhas, predominavam no Norte da Índia, entre os séculos XII e X A.C. Segundo a narrativa, o Rei Dasaratha, dos Kosalas, tinha quatro filhos – com diferentes esposas – o mais velho dos quais, Rama, é o herói da história. De sua parte, o

* Diplomata de carreira e atualmente exerce a função de Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai. As opiniões expressas neste artigo são de sua inteira responsabilidade e não refletem posições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (papinto2006@gmail.com).

Rei Janak, dos Videhas, tinha uma filha, Sita, que se torna a heroína da trama.

Então, o Rei Janak, para escolher entre os pretendentes à mão de sua bela filha Sita, determinou que apenas aquele capaz de empunhar um arco cravado no chão seria o eleito. Como esperado, o heróico Rama realizou a proeza e, portanto, casou com Sita. Nada sendo perfeito, grande intriga foi urdida por uma das esposas do Rei Dasaratha – pai de Rama – obrigando o monarca a coroar, como seu sucessor, não o filho mais velho – Rama – mas um de seus irmãos mais moços – Bharata .

Ademais, a referida Sra. obteve a promessa real de que Rama seria enviado ao exílio, durante quatorze anos. Obediente à ordem paterna – como deve ser um bom hinduísta, destinado a servir de exemplo de subserviência filial por milênios do porvir – nosso herói partiu para a floresta, acompanhado por Sita e pelo irmão Lakshmana.

No capítulo seguinte, o Rei Dasharatha – pai de Rama – falece, arrependido de ter tratado seu primogênito daquela forma, e o trono deve passar para o filho Bharata, que reconhece sua incompetência para administrar os assuntos de Estado e resolve apelar para que Rama assuma todos aqueles problemas. Este – no espírito de preservar a obediência ao desejo paterno, já assinalado acima, sem saber do arrependimento final do pai – recusa, afirmando que iria cumprir a tal punição de quatorze anos. Bharata, então, decide levar consigo as sandalhas de Rama, como símbolo de respeito ao irmão mais velho.

Começa, então, uma alegoria digna a fazer inveja aos desfiles de Escolas de Samba no Rio de Janeiro. Entra em cena uma tribo de demônios, que se relacionam com um Rei de dez cabeças, Ravana, desfilam uma ave e um veado que falam. Sita é sequestrada. Torna-se, então, como mencionado no início desta coluna, símbolo da fidelidade e devoção que uma esposa indiana deve ter, como exemplo para as gerações (encarnações) futuras.

Felizmente, entra em cena um reino de macacos falantes, que ajudam Rama a resgatar Sita. Nesse processo teria sido criada a controversa ponte

que liga a Índia ao atual SriLanka, objeto atual de discórdia política. A apoteose ocorre com combate final, entre Rama e Ravana, que, cada vez que tinha uma cabeça cortada, lhe nascia uma outra, até que nosso herói descobre um ponto vital, no pescoço do monstro e lhe atinge com uma flecha. Assim encerrada a tragédia, Rama e Sita retornam ao Reino de Ayodhya.

Então, em função, principalmente, deste retorno triunfal, é celebrado em Mumbai, e outras cidades indianas, o “Festival das Luzes” ou Diwali. Neste contexto, são louvadas virtudes de devoção familiar (dharma) e submissão ao destino (kharma).

Para os críticos da devoção a Rama, fica o argumento de que todo o sistema de castas indianas seria justificado pela narrativa. Isto porque, a legitimização do poder monárquico, como forma de governança, na Índia e no Sudeste Asiático, teria sido a principal função do Ramayana. Assim, quando Rama retorna à capital de seu reino, prontamente retoma a forma absolutista de governar.

Segundo, a propósito, a concepção histórica do Estado indiano – em análise reconhecidamente simplificada – o reinado não tem origem divina, de “mandato celestial”, como na China antiga. Pelo contrário, o Estado era uma demonstração e reflexo de poder pessoal do próprio rei – isto é, uma personalidade forte capaz de unificar regiões díspares, de forma tirânica, sempre sob a ameaça de desintegração. Tudo o que era exigido era uma determinação de talento superior, capaz de manter o indivíduo no poder.¹

Em contrapartida, o Imperador chinês, por exemplo, foi, durante séculos, reverenciado como o “Filho do Céu” (t’ien-tse) e era suposto personificar os princípios da realeza, através de rituais religiosos. Tratava-se do mediador entre o céu e a terra. Caso houvesse derrota, fome ou catástrofes, e ele mesmo fosse derrubado, isto seria atribuído à perda do Mandato Celestial, decorrente de alguma deficiência pessoal. O usurpador do poder, então, a seu turno, passaria a reivindicar tal mandato, a ser herdado por sua nova dinastia.

1 Ananda K. Coomaraswamy, *Spiritual Authority and Temporal Power in the Indian Theory of Government*, New Haven, 1942.

Os Reis Hindus não contavam com tal mandato. Apenas uma deusa, de menor estatura, Sri Lakshmi², era tida como protetora do sucesso e continuação do poder. Ela escolheria seu protegido e, temporariamente, reencarnaria em sua pessoa. Fosse este derrotado, ela, chorosa, passaria a proteger o novo vencedor. Sri Lakshmi nada tinha a ver com a virtude. Apenas com a política e a evolução cíclica dos tempos. A filosofia dos reis e poderosos, na Índia, portanto, era fatalística, cética e realista.

Registra-se, finalmente, que um agora controverso projeto chamado “Sethusamudram Ship Channel” tem como objetivo fornecer canal de navegação entre as costas Leste e Oeste da Índia, sem o contorno pela ilha do Sri Lanka. No momento, a região de pouca profundidade e a chamada “Adam’s Bridge” que

– segundo a saga de Rama, fora construída pelo tal exército dos macacos – demandam tal prolongamento. O projeto em questão criaria canal de 167 km e reduziria a viagem em 780 km ou 30 horas.

Mas, trata-se de atentar contra estrutura sagrada, que liga o Sul da Índia ao Sri Lanka. Afetaria parte do que é sagrado no Ramayana, pois foi o caminho percorrido pelo herói, com o auxílio da engenharia dos monos, para vencer o monstro de dez cabeças e salvar sua querida Sita. “Nem pensar”, dizem os hinduístas mais convictos. Pensando em eleições, os atuais governantes hesitam em implementar o projeto, que, contra eles, poderia polarizar grande número de votos.

Cabe, portanto, apenas desejar a todos um Feliz Diwali, com muitas luzes.

2 Kailash Nath Seth e B.K. Chaturvedi, “Gods and Goddesses of India”, Diamond Books 2006.



**Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI**

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org> .

Governança climática global: desafios e perspectivas

ALBERTO TEIXEIRA DA SILVA*

A turbulência das mudanças climáticas contemporâneas expõe de forma visceral a emergência de uma sociedade de risco mundial. Estamos perplexos acompanhando revoluções ininterruptas que moldam transformações radicais e aceleradas no ventre da globalização que promete integração e progresso, mas que impõe de forma brutal, desigualdades entre civilizações, países e indivíduos; cultua padrões de produção e consumo insustentáveis e banaliza valores e princípios éticos fundamentais.

A dinâmica das sociabilidades humanas está sendo afetada pela insegurança trazida pela modernidade reflexiva derivada dos riscos tecnológicos e sociais: catástrofes ambientais, lixo e usinas nucleares, urbanização desenfreada, violência, criminalidade, miséria e degradação humana. Estes temas freqüentam diariamente sites, revistas, jornais, redes virtuais e mobiliza ações e campanhas no mundo inteiro. A década de 1990 foi a mais quente do milênio e calamidades ambientais nos últimos anos como a seca na Amazônia, o furacão Katrina que arrasou Nova Orleans nos Estados Unidos e o primeiro ciclone brasileiro no litoral de Santa Catarina, são sinais visíveis da crise do modelo hegemônico produtivista da sociedade contemporânea.

Mudanças climáticas fazem parte de um conjunto de mudanças globais que estão modelando o futuro das sociedades num ritmo alucinante, balizadas pela lógica do crescimento e maximização do lucro: o *mainstream* econômico neoliberal. Representa também um dos grandes desafios da governança mundial e constitui capítulo crucial na agenda de responsabilidades de caráter planetário. Sucessivos estudos divulgados no âmbito dos organismos multilaterais e instituições governamentais embasam consenso

científico que o padrão energético dependente de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural), o *fordismo fossilista* segundo Elmar Altvater no livro *O Preço da Riqueza*, juntamente com a devastação das florestas, está interferindo diretamente nos ciclos vitais da biosfera de modo caótico. Forjam um impasse societário de caráter multicivilizacional, que ignora fronteiras, territorialidades, culturas e raças.

O fato é que as últimas décadas do século XX entraram para a história, como período marcado por transformações profundas na dinâmica do capitalismo mundial, revoluções cumulativas que fizeram emergir uma sociedade de danos globais, desencadeando múltiplas e crescentes mudanças: políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas. A gigantesca acumulação de riquezas tem produzido desigualdades sociais alarmantes entre nações, dilapidando a base de recursos naturais disponíveis no planeta.

A sociedade capitalista com o *boom* das economias industrializadas tem se mostrado insustentável como paradigma planetário. O padrão de consumo norte-americano, o chamado *american way of life*, é o exemplo da impossibilidade de reprodução do crescimento material para os demais países e culturas. O crescimento econômico chinês acelerado, alucinante e escravo do carvão é uma bomba prestes a explodir. A crise ecológica sem precedentes espelha a falência do projeto de modernidade construída na perspectiva do crescimento econômico sem limites e num estilo de desenvolvimento que tem se revelado ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto.

Torna-se imperativo a divisão de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, na gestão desse

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor adjunto do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará – UFPA (alberts@superig.com.br)

impasse. Países que mais se beneficiaram com a industrialização e destruíram suas florestas, deveriam assumir custos financeiros bem maiores e reduzir suas emissões de forma mais agressiva, especialmente os Estados Unidos, responsáveis por 30% das emissões globais de gases estufa. O Protocolo de Kyoto – regime internacional ratificado em 2005, no âmbito da Convenção-Quadro das Mudanças Climáticas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) – apesar de representar avanço na cooperação multilateral, precisa ser repensando à luz das novas exigências de mitigação e adaptação preconizadas pelos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, sigla em inglês).

Países em desenvolvimento também devem assumir responsabilidades, inclusive com metas de redução das emissões nacionais. O Brasil poderia assumir a liderança dos países emergentes na construção de modelos energéticos alternativos,

baseados na utilização de fontes renováveis (sol, vento, biomassa), além do desafio maior de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia, que responde por 2/3 das emissões brasileiras. A produção planejada e participativa de biocombustíveis (etanol, biodiesel), valorização da floresta em pé, proteção da sociobiodiversidade e aproveitamento inteligente dos serviços ambientais, são trunfos decisivos para as pretensões desse país tropical projetar-se como *player* estratégico no tabuleiro da crise ecológica mundial. Todavia, a ideologia desenvolvimentista ainda é hegemônica e os países parecem não querer abdicar de padrões de bem estar ditados pela modernidade capitalista, ainda que todos saibam o tamanho do débito com a vida na biosfera. O caos climático exige um pacto civilizatório orientado para uma sociedade sustentável, através de esforço transnacional de governos e iniciativas dos múltiplos movimentos da sociedade civil: do local ao global.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

O movimento nuclear indo-brasileiro em perspectiva

RICARDO DOS SANTOS POLETTO*

Brasil e Índia experimentam um movimento de convergência sem precedentes. O relacionamento bilateral merece considerações de primeiro plano, na perspectiva da potencialidade do diálogo Sul-Sul. Talvez não haja melhor exemplo de país com o qual o Brasil compartilhe tantas visões comuns em tantas temáticas dos espaços multilaterais. O interesse mútuo na viabilização energética do etanol e a comunhão do pleito pela reforma das Nações Unidas, a se fazer efetivo pela conquista de assentos permanentes no Conselho de Segurança, são apenas indicativos dessas afinidades de duas potências regionais em busca uma inserção mais compatível com seus crescentes papéis no cenário internacional.

A cooperação nuclear entre Índia e Brasil figura, portanto, como elemento constituinte de um movimento político salutar. Valem considerar, nesse contexto, os cruzamentos que se refletem no debate mais imediato e revelam os movimentos subjacentes. Para tanto, o exercício de mapear os fatos e processos atinentes deve seguir por quatro passos: 1) o paralelo das trajetórias nucleares dos dois países, com especial atenção ao histórico brasileiro; 2) as tentativas de aproximação pregressas e a exploração do conteúdo do acordo em gestação; 3) a relevância de fundo do acordo indo-americano; 4) um balanço do regime de não-proliferação. Finalmente, a conclusão, ao unir o panorama anterior, busca posicionar melhor a possibilidade da cooperação Brasil-Índia, seu fundamento e suas repercussões.

Programa Nuclear Brasileiro

As origens da ambição nuclear brasileira remontam os incipientes anos 30, quando se iniciam pesquisas de fissão nuclear na Universidade de São

Paulo com auxílio de técnicos estrangeiros e quando são encontradas reservas de urânio em território nacional. Contudo, o início efetivo só se daria com o impulso norte-americano. Os acordos de cooperação com os Estados Unidos, no contexto da Segunda Guerra, garantiam a transferência de tecnologia nuclear em troca do fornecimento das areias monazíticas dos litorais brasileiros.

O ativismo brasileiro na questão nuclear amadureceu, mais tarde, para a constituição do tripé nacionalismo, monopólio estatal e compensações específicas. Por compensações específicas, entende-se que o Brasil se opunha à cessão de minérios atômicos em função de transações de compra e venda; a aquisição de tecnologia era fundamental para que um país supridor também pudesse desenvolver suas potencialidades. O Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, representante do Brasil da Comissão de Energia Atômica da ONU e defensor patronal do programa brasileiro, foi fundamental para o desenvolvimento de uma doutrina nacional que possui eco ainda hoje no discurso brasileiro, embora com evidentes evoluções.

Os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart fortaleceram a orientação para a criação de um programa nuclear de base nacional e independente do controle americano. Kubitschek retoma a cartilha nacionalista após o interregno Café Filho (1954-1955), que garantira aos americanos o controle sobre a exploração de urânio.

Em 1956, era criado o IPEN (Instituto de Pesquisa em Energia Nuclear) e, em 1962, o CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). Mais tarde, criava-se uma intrincada estrutura governamental para

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (ricardospt@hotmail.com)

a defesa e promoção de um programa nuclear mais robusto.

Sob o programa das Nações Unidas Átomos para a Paz, preconizado pelo governo Eisenhower (1953-1961), o Brasil construiu seus primeiros reatores. Entretanto, pelos termos do programa, a tecnologia nuclear se mantinha sob controle norte-americano. Somente em 1965 os pesquisadores brasileiros logriam sucesso na construção de um reator verdadeiramente nacional.

No entanto, o Brasil permanecia dependente do fornecimento do urânio enriquecido para alimentar seus reatores, sem perspectivas de transferência de tecnologia. A construção de Angra I – voltado à produção de eletricidade – esteve atrelada a acordos de provimento combustível dos Estados Unidos com condicionais das salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Importante notar que os governos militares mantiveram uma estratégia nuclear autonomista, segundo a qual, apesar do crucial apoio americano, conservava-se um grau de proteção aos desígnios estratégicos do programa nuclear.

A gestão Geisel leva essa percepção ao extremo e promove a criação da Nuclebrás (Empresas Nucleares Brasileiras S.A.) com a finalidade de incentivar a expansão do programa nuclear e de responder às demandas energéticas do Brasil de acordo com o II PND, ainda atrelado à tentativa de manter o milagre econômico brasileiro. Decerto, esse esforço se insere no projeto maior do “Brasil Grande Potência”, que embalou políticas públicas no período.

Em 27 de junho de 1975, os militares tomariam uma decisão ainda mais audaciosa: um acordo com a Alemanha Ocidental para a construção de oito reatores em solo brasileiro. Por meio deste entendimento bilateral, previa-se a transferência de tecnologia para o domínio do ciclo atômico, inclusive enriquecimento. Os protestos norte-americanos foram insuficientes para um refugio, mas tiveram o efeito de pressionar os alemães a impor algumas condições de salvaguarda. Apesar da vigilância, o governo brasileiro, a partir do acesso a novas técnicas, inicia um programa paralelo de caráter secreto para a construção de armas atômicas.

Angra I iniciaria suas operações comerciais em 1983, porém sob críticas quanto aos custos aos cofres públicos. Ademais, a crise da dívida brasileira atrasaria sobremaneira os avanços das construções de Angra II e III.

A ascensão do governo civil revela os planos de desenvolvimento bélico dos militares. Nesse contexto, no início dos anos 80, portanto, Brasil e Argentina assinaram diversos acordos de cooperação e coordenação em temas nucleares, arrefecendo a corrida nuclear que se desenrolava entre os países vizinhos.

Significativo notar que a Constituição Federal de 1988 consagra em seu art. 21, das competências da União, uma expressa vedação legal ao desenvolvimento de armas nucleares: “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”.

Em 1991, o acordo quadripartite entre Brasil, Argentina, AIEA e ABACC (Agência Brasileiro-Argentino de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares) – garantidor do acesso da AIEA às instalações nucleares dos dois países, comprometidos com uso civil da tecnologia dual – manifestam uma nova tendência da experiência brasileira, em favor da distensão política e da integração regional.

Ademais, a iniciativa regional de emenda do Tratado de Tlatelolco, ratificado pelo Brasil em 1968, renova as medidas de confiança mútua extensivas a toda América Latina. Tlatelolco declara a América Latina Zona Livre de Armas Nucleares. O Protocolo I estende a países que possuem territórios na América Latina (França, Países Baixos, Reino Unido e Estados Unidos), enquanto o Protocolo II encerra o compromisso dos Estados regionais.

Finalmente, em junho de 1997, o Brasil submete o TNP ao Congresso Nacional e procede sua ratificação. O Brasil renunciava, assim, a testes nucleares mesmo que com fins pacíficos.

Em 6 de maio de 2006, o Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou o lançamento de um centro de enriquecimento de urânio para o fornecimento de combustível para as usinas nucleares. Tal medida significa, além de um importante movimento de

autonomização do programa, uma economia de milhões de dólares de encomendas do consórcio europeu Urenco, que enriquece urânio comercialmente para países com programas civis.

Programa Nuclear Indiano

O acesso à tecnologia dual pela Índia se deu por meio de iniciativas do programa “Átomos para a Paz”, em meados dos anos 50. O Centro de Pesquisa Atômica de Bhabha foi o berço do programa para fins militares, embora os propósitos indianos fossem desconhecidos até março de 1974.

Os indianos levaram a cabo seu primeiro teste atômico em 18 de março de 1974 com uma bomba de plutônio, conforme planos da Operação “Smiling Buddha”. Naquela ocasião a explosão foi defendida pelas autoridades indianas como “explosão nuclear pacífica”.

Após anos de especulações sobre os avanços das pesquisas indianas sobre o desenvolvimento de armas termonucleares, seguiram-se novos testes em 1998, na região de Pokhran, em um contexto de tensões com o vizinho Paquistão, que alarmaram a comunidade internacional.

Cabe notar que a Índia desposa a doutrina do “não-primeiro uso”, assumindo caráter exclusivamente dissuasório e retaliatório. Os termos dessa doutrina foram tornados públicos em 1999. Ademais, a Índia é país membro da AIEA, que submete alguns de seus reatores à inspeção da Agência; porém, é um dos países que oficialmente detêm armas nucleares que não se vinculam às obrigações de desarmamento previsto no TNP, ao lado de Paquistão e Coréia do Norte.

Iniciativas de aproximação nuclear

A primeira iniciativa de cooperação nuclear entre Brasil e Índia ocorreu em 1968, porém sem alcançar resultados.

Em 1996, empreenderam-se discussões sobre o uso do tório como combustível nuclear entre Brasil e Índia, maiores produtores mundiais do metal. Naquele momento, ambos os países não eram signatários do TNP. O acordo se seguiu à visita do presidente Fernando Henrique a Déli e foi cercada

de grande expectativa, embora tivesse propósitos modestos.

Contudo, o Brasil se vê obrigado a denunciar o acordo nuclear com a Índia após a consecução dos testes nucleares de Pokhran, em 1998.

O embaixador Sebastião do Rego Barros, naquela ocasião, justificou o ato brasileiro de forma a não deixar dúvidas sobre o compromisso brasileiro com os termos do Tratado de Não-Proliferação e sobre a inexistência de programas conjuntos com a Índia que pudessem levantar suspeitas sobre uma possível apoio brasileiro aos testes de 1998.

Quase nove anos mais tarde, a reaproximação ocorre em circunstâncias bastante distintas. Uma vez denunciado o protocolo bilateral de 1996, o Brasil busca uma nova plataforma de cooperação, a despeito das restrições internacionais, e também se compromete com a re-inserção indiana nos círculos da cooperação nuclear. O movimento nuclear indo-brasileiro se inicia com clareza na visita de Manmohan Singh ao Brasil em setembro de 2006. Em resposta, em junho do corrente ano, o presidente Luís Inácio Lula da Silva vai à Índia, disposto a tocar no tema nuclear para além da agenda comercial.

Sob o argumento das necessidades do crescimento econômico, o fórum Ibas ofereceu espaço privilegiado de negociações. A propósito, os programas nucleares de Índia, África do Sul e Brasil integram grupo dos mais sofisticados em matéria nuclear do hemisfério Sul. Os três países reforçam o discurso do provimento de combustíveis sustentáveis e não-poluentes para orientar as bases da cooperação nuclear em acordo fechado em setembro.

Os termos do acordo bilateral Índia-Brasil versam exclusivamente sobre o domínio *soft nuclear*. Isso significa cooperação sobre uso pacífico da energia nuclear em medicina – técnicas de diagnóstico e terapêutica – e alimentos – uso de isótopos para a conservação de perecíveis ou esterilização. Nesse caso, o Brasil também se posicionaria como artífice na evolução de uma separação mais clara do segmento civil e nuclear do programa indiano, sob vigilância da AIEA. A partir das salvaguardas e da experiência de cooperação em campos, seria possível vislumbrar, em futuro indefinido, um aprofundamento que se

voltasse à cooperação atinente ao domínio do ciclo do combustível nuclear. Embora essa pedra seja ainda inexistente nos termos de um acordo de ignição, o chanceler Celso Amorim não se furtou a mencionar possibilidades mais ambiciosas sobre combustíveis. Visita do presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Odair Dias Gonçalves, teria o objetivo de detalhar os nichos de cooperação dentro das balizas do acordo. Com efeito, os programas de Brasil e Índia são considerados altamente complementares. As perspectivas de curto prazo são, portanto, modestas, porém promissoras. A retomada das obras de Angra III e a evolução do submarino nuclear da Marinha do Brasil devem ser mantidos em perspectiva. Entretanto, acordos são altamente condicionadas ao que venha a ocorrer nas deliberações do Grupo de Supridores Nucleares e do Acordo Indo-Americano, que versa sobre uso de energia nuclear para fins pacíficos.

Os desafios nacionais e ao regime de não-proliferação

Brasil

Vale recordar que, em abril de 2004, o Brasil se envolveu em impasse com inspetores das Nações Unidas. Sob o argumento de que suas instalações nucleares manuseavam processos de baixos níveis de enriquecimento de urânio, não se justificariam inspeções destinadas à verificação de procedimentos de possível construção de armas atômicas, que necessitam de urânio altamente enriquecido. As preocupações da AIEA se justificariam pelos temores de que a corrida pela tecnologia nuclear para fins de produção de energia poderia se converter facilmente na capacidade de desenvolvimento de armas atômicas.

Naquele momento, as intenções restritivas da AIEA, consoantes à política norte-americana de frenagem de pesquisas nucleares que possam no futuro comprometer o regime de não-proliferação, eram cruciais para o argumento contra as pesquisas levadas a cabo no Irã e na Coreia do Norte. A usina em Resende tornou-se, portanto, foco de tensões internacionais. Nesse caso, o Brasil se resguarda sob

comportamento de patente observância das regras de desenvolvimento de tecnologia para domínio do ciclo de combustíveis nucleares para fins civis. Ofendidos com as exigências da AIEA, diplomatas brasileiros abriram as instalações para visita e testes técnicos, porém protegendo partes do projeto do acesso visual dos inspetores.

Declarações do ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral sobre as intenções do Brasil de dominar a técnica da fissão nuclear – necessária para a construção de bombas atômicas – causaram espécie na sede da AIEA, em Viena. Logo, o ministro foi forçado à renúncia, bem como a polêmica em torno de um Brasil nuclear se desfez. Em fevereiro de 2005 – após visitas parcialmente frustradas em abril, outubro e novembro do ano anterior –, finalizou-se um acordo entre Brasil e AIEA, observando necessidades da agência de proceder uma inspeção crível e o interesse brasileiro em proteger tecnologias industriais das centrífugas de Resende.

Os anos de observância aos ditames do regime de não-proliferação dão munção aos críticos do recente movimento nuclear indiano, especialmente aquele patrocinado pelos Estados Unidos. As críticas são baseadas, sobretudo, em fundamentos morais, que tomam em conta o caráter imperativo dos compromissos internacionais. Questiona-se, com razão, que a Índia passaria a usufruir de benefícios que foram vedados a diversos países, que congelaram ou retardaram de alguma maneira pesquisas de valor tecnológico para se conformarem a limites estabelecidos. Em poucas palavras, a Índia seria um *free rider*. Essa visão tende a minimizar os ganhos potenciais do acordo em favor de uma interpretação estrita e coerente dos compromissos de não-proliferação.

Até então, a comunidade internacional tem adotado uma postura restritiva em relação à Índia com relação ao comércio de urânio, que passa pelo aval do Grupo de Supridores Nucleares. Uma nova orientação internacional para com seu programa seria o resultado de um fortuito passo da diplomacia indiana. Tudo indica que a boa imagem internacional e a reputação democrática do país respaldam o movimento de superação dos obstáculos jurídicos internacionais.

Cooperação nuclear Indo-americana

Índia

É verdade que o governo indiano também vive seus dilemas. O acordo nuclear entre Índia e Estados Unidos ameaça a coalizão parlamentar no país. Os comunistas ameaçam abandonar o governo se a autonomia indiana sobre questões estratégicas como o programa nuclear forem colocadas em discussão. Semelhante racha teria como efeito a convocação novas eleições e a dissolução do governo eleito em 2004.

A tradição de país não-alinhado da Índia afeta com bastante peso a visão política local. Uma intromissão norte-americana em assuntos internos, portanto, é vista com enorme desconforto pelos partidos de esquerda. Uma das cláusulas do acordo é particularmente urticante para os advogados da independência nuclear indiana: os Estados Unidos poderiam retirar combustível e equipamento caso os indianos quebrem a moratória de testes nucleares. Cercada por Paquistão e China, à Índia poder parecer arriscado tal compromisso. Ademais, os negociadores americanos têm imposto condicionalidades ao relacionamento do país com o Irã. Por outro lado, as necessidades energéticas do país em franco crescimento impõem um fardo ao governo.

Regime de Não-Proliferação

O acordo de cooperação entre Estados Unidos e Índia encontra muitos opositores por permitir benefícios de transferência de tecnologia e de reprocessamento de combustível que deveriam ser restritos. Somente países com compromissos expressos com o regime de não-proliferação deveriam ter acesso a tais privilégios, sob tripla pena: a) colocar em risco a credibilidade do regime; b) diminuir os incentivos para adesões posteriores; c) dar margem ao argumento de que as os órgãos competentes utilizam políticas de "double-standart". Com efeito, congressistas norte-americanos admitem que tal acordo compromete a campanha norte-americana contra o programa nuclear iraniano.

Como um país emergente e ascendente liderança do mundo em desenvolvimento, os efeitos do acordo

sobre a imagem da Índia devem ser consideradas.

A despeito dos obstáculos, a restrição temporal é imperativa. A ascensão de um possível governo democrata nos Estados Unidos traria à tona o discurso de não-proliferação com maior força e novas restrições poderiam enterrar definitivamente o projeto que o atual governo indiano classifica como estratégico.

Em termos simples, o indianos passariam a ter acesso a combustível nuclear proveniente dos Estados Unidos, embora não sejam signatários do TNP.

Nova Déli precisa ainda assinar alguns acordos com a AIEA e com o Grupo de Supridores Nucleares (GSN) para que o acordo seja avaliado pelo Congresso em Washington. E é exatamente nesse ponto onde se arvora a importância do Brasil e por meio do qual deve ser compreendida a iniciativa de cooperação indo-brasileira.

Grupo de Supridores Nucleares

O GSN – NSG, em inglês – reúne países com alguma capacidade nuclear de suprimento, comprometidos com a cartilha da não-proliferação e dos tratados de banimento de desenvolvimento nuclear para objetivos militares (Tlatelolco, Rarotonga, Pelindaba e Bangkok). O grupo de 45 países avalia exportações de materiais nucleares ou que contenham tecnologia ou materiais sensíveis. Ironicamente, o grupo foi fundado em 1975 em resposta ao reconhecimento da dualidade da tecnologia nuclear verificada pelos chocantes testes nucleares indianos do ano anterior.

Em junho de 2006, a reunião do GSN se deu em Brasília. Nesse encontro, os países supridores discutiram medidas de implementação da Resolução 1540 do Conselho de Segurança sobre prevenção de esquemas de proliferação nuclear. Porém, a grande questão da agenda jogava luz exatamente sobre o controverso acordo nuclear indo-americano. A decisão foi postergada para o próximo encontro consultivo. Pelas provisões atuais, a Índia é inelegível para recebimento de materiais nucleares, sem antes se vincular ao sistema de salvaguardas da AIEA em todas suas instalações nucleares. A intenção de norte-americanos e indianos é para que se abra uma

exceção na aplicação das restrições da GNS em face do projeto de cooperação.

Por que o Brasil é tão importante? Em primeiro lugar, o Brasil desempenha um papel de liderança dentro do grupo dos supridores nucleares. Em segundo lugar, é conveniente considerar os vínculos políticos e os interesses subjacentes.

As indicações são as de um compromisso brasileiro não obstacularizar o consenso, necessário para consecução do aval do GSN. O encontro de 12 de novembro, em Viena, será decisivo, uma vez que poderá ser a última oportunidade de garantir a continuidade do projeto indo-americano, antes que ocorram mudanças de governo. Igualmente, a posição brasileira será importante para a consecução de uma resolução acelerada. Norte-americanos e indianos são cômicos disso.

Conclusão

O acordo indo-brasileiro em si não representa o prelúdio de uma revolução tecnológica, nem um movimento de maior arrojo da diplomacia brasileira, mas apenas um exercício cooperativo com bons potenciais de ganho em médio e longo prazo. Portanto, não cabem maiores apologias. Na verdade, o Brasil ocupa uma posição marginal no quadro maior. Entretanto, o *momentum* que se apresenta oportuniza um maior protagonismo do país. O quadro maior do acordo indo-americano de cooperação nuclear pode, este sim, reverberar de forma decisiva no perfil nuclear global e o Brasil se encontra com algum peso no caminho desse processo. Afinal, sem um acordo dos Estados Unidos com o país asiático, o acordo indo-brasileiro pode perder sentido, na medida em que se constitui, grosso modo, como moeda de troca de um apoio – ou bastaria um mero assentimento tácito – brasileiro ao projeto. Por outro lado, de forma alguma se negam as intenções reais de cooperação dentro da perspectiva estratégica dos dois países.

Rico em urânio, o Brasil ainda depende de países como Canadá e Reino Unido para enriquecer o material-combustível de suas usinas nucleares, impondo custos significativos ao programa nuclear brasileiro. Os esforços no sentido de desenvolver

a tecnologia do enriquecimento não só viabilizam o programa, como abrem um mercado bastante lucrativo para o Brasil, como potencial fornecedor de urânio enriquecido para usinas estrangeiras.

Índia e Brasil buscam, acima de tudo, a necessária aquiescência internacional, que é crucial para financiamento de projetos nucleares cujos custos exorbitantes retardam avanços efetivos em programas nucleares de países em desenvolvimento.

O busca de novos diálogos, bem incorporado pelo fórum Ibas, por exemplo, também levam o observador a refletir sobre os caminhos da política externa brasileira. Aventa-se um desencanto com a parceria política com a República Popular da China, cuja festejada aproximação não se refletiu em discursos convergentes e positivos no que se refere aos grandes pleitos da diplomacia brasileira, em particular o apoio ao assento permanente ao Conselho de Segurança. Ao bom retórico, cabe lembrar que as parcerias não são, em absoluto, excludentes. Para o caso chinês, ainda cabem algumas ponderações. A cooperação técnica e científico-tecnológica lançada em 1998 e ampliada em 1995 entre Brasil e China para desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto é denominada “modelo de cooperação Sul-Sul”, em análise de Henrique Altemani. Com efeito, o programa CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, em português –, ao promover a sinergia de agências técnicas dos dois países, constitui exemplo muito caro aos entusiastas do movimento Sulista. Contudo, a parceria estratégica que se propugnava para o plano político-estratégico não rendeu os resultados esperados desde novembro de 2004, quando Hu Jintao visita a América do Sul com um vasto protocolo de intenções. A cooperação científico-tecnológica manteve-se em seu curso normal, sem, entretanto, emanar as esperadas externalidades positivas para uma possível parceria estratégica ampla.

Com a Índia, o discurso parece indicar para expectativas mais concretas em torno de uma cooperação mais horizontal, que se disperse por diversas áreas de cooperação potencial, contando com os desejados frutos políticos das convergências em outros temas, nucleares, econômicos ou culturais.

Assim, o movimento pragmático da aproximação em direção à Índia – que ocorre por cima de princípios universais de não-proliferação em favor de interesses nacionais mais imediatos –, contrasta com o idealismo tão criticado no movimento de aproximação do a China. Naquela ocasião, o Brasil ofereceu o reconhecimento da economia de mercado chinesa, à revelia do lobby industrial nacional.

Não obstante, a assertividade do movimento em direção a potências médias como África do Sul e Índia dão indicativos de que experimentos anteriores são ainda insuficientes e cumpre ao Brasil buscar alternativas mais pungentes. Viabilizar parcerias estratégicas que aumentem o peso do discurso brasileiro discurso em fóruns e negociações multilaterais tornou-se fundamental. Natural que a Índia seja vista como a bola da vez.

A recíproca é verdadeira. Em 3 de junho, artigo veiculado pela Indo-Asian News Agency estampa o

título: “Why Brazil Matters to Índia”. O artigo estampa o argumento de que a Índia pode transformar o Brasil em líder nos biocombustíveis e, ao mesmo tempo, pode resolver o problema energético indiano. Infere-se o grau de sinergia que pode ser detonado por uma aproximação efetiva, sendo o acordo nuclear uma parte desse processo convergente.

A *prática* da retórica da cooperação Sul-Sul experimenta um espírito de renovação. A vinda à tona dessa discussão nos termos de cooperação tecnológica enseja uma reflexão sobre o programa nuclear brasileiro e sua inserção no complexo universo de regimes internacionais e de interesses políticos sobrepostos. Agora, o Brasil acena novamente com concessões – no âmbito do GSN – em busca do que não foi atingido pela aproximação com a República Popular da China – a partir da concessão no âmbito da OMC –: uma parceria de fato, que transborde efetivamente para o plano político-estratégico.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>

Eleições parlamentares na Ucrânia: conseqüências domésticas e regionais

RAFAEL DA SOLER*

As eleições legislativas ucranianas realizadas em setembro passado são conseqüência direta da grave crise política pela qual vem passando o país nos últimos anos. Desde a Revolução Laranja no final de 2004, a Ucrânia vem enfrentando choques constantes entre os principais grupos partidários, o que tem comprometido seriamente a governança e a estabilidade locais. Contudo, a relevância destes acontecimentos não se restringe ao âmbito doméstico. A crise política ucraniana reflete, melhor do que qualquer outra dinâmica regional, a crescente assertividade da política externa russa e o relacionamento conturbado de Moscou com a União Européia (UE), pontuado por interdependência energética e divergência política.

A divisão ideológica entre Rússia e Ocidente reverbera na sociedade ucraniana até hoje. Existem três segmentos básicos da população: aqueles do oeste do país, em geral mais ligados a valores ocidentais e defensores de uma aproximação com a UE e a OTAN; os russos étnicos, que representam um quarto do total e se concentram no leste, favoráveis a laços fortes com Moscou; e ainda os ucranianos de ascendência russa cujas lealdades se dividem entre Moscou e Bruxelas. Durante a década de 90 predominou a forte ligação com a Comunidade dos Estados Independentes, até que em 2004 a situação política se tornou mais complexa. Após denúncias de fraude nas eleições presidenciais de novembro, que haviam dado a vitória para o candidato apoiado pelo Kremlin, Viktor Yanukovich, um forte movimento popular demandou um novo pleito democrático. A Suprema Corte anulou o resultado e nova votação ocorreu em dezembro, dando a vitória para Viktor Yushchenko, líder do movimento que passou a ser

conhecido como Revolução Laranja, em alusão à cor das bandeiras agitadas em todo o país. Em um primeiro momento, abriu-se a perspectiva de uma rápida ocidentalização da Ucrânia, com reformas de mercado e aproximação da UE e da OTAN. Contudo, a estabilidade ainda não tinha se consolidado.

A coalizão “laranja” entre o presidente Yushchenko e a primeira-ministra Yulia Tymoshenko ruiu no final de 2005 após desentendimentos e denúncias de corrupção. Com isso, novas eleições legislativas foram realizadas em março de 2006. A desilusão generalizada da população com os efeitos da Revolução Laranja foram responsáveis por uma retumbante derrota do partido do presidente e pela vitória do Partido das Regiões, do rival Viktor Yanukovich, que viria a tornar-se primeiro-ministro em agosto, após meses de impasse político. A situação se agravou em abril de 2007. Segundo o presidente Yushchenko, o grupo do primeiro-ministro Yanukovich vinha se utilizando de meios ilegais para atrair parlamentares da base presidencial para o Partido das Regiões, o que estaria em desacordo com a Constituição. Baseado neste julgamento, ele dissolveu o Parlamento, convocou novas eleições e mais uma crise foi instaurada. O acordo entre presidente e primeiro-ministro só foi alcançado no final de maio, com a decisão de se realizar um novo pleito no dia 30 de setembro.

Este foi o quinto processo eleitoral em apenas três anos na Ucrânia, o que ajuda a compreender o desinteresse popular e o pessimismo com relação aos futuros governos. Apenas 62% do eleitorado compareceu às urnas para escolher entre um dos três principais blocos: o Partido das Regiões, de Yanukovich; o Bloco de Yulia Tymoshenko, da antiga

*Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rafadasoler@yahoo.com.br).

primeira-ministra; e o Nossa Ucrânia, coalizão de apoio ao presidente Yushchenko. Mesmo assim, os resultados não deixaram de surpreender. O Partido das Regiões conquistou 34,37% dos votos, o que garante 175 vagas no Parlamento. O Bloco de Yulia Tymoshenko alcançou 30,71%, ou 156 assentos no Parlamento, muito acima do que era esperado. Já o Nossa Ucrânia ficou com 14,15%, ou 72 vagas. Com relação às eleições de 2006, o partido de Yanukovych recebeu 135.000 votos a menos, enquanto o de Tymoshenko recebeu 1,5 milhão a mais. Ela sai como vitoriosa, ainda que em segundo lugar. No dia 16 de outubro, os partidos pró-Occidente concluíram um acordo de coalizão, de modo a resgatar a antiga parceria “laranja” e ter maioria plena no Parlamento. Juntos, o Bloco de Tymoshenko e o Nossa Ucrânia possuem 228 dos 450 lugares, o que garante uma frágil maioria e ainda, provavelmente, o posto de primeira-ministra novamente para Yulia Tymoshenko.

Enquanto primeira-ministra em 2005, Tymoshenko foi apontada pela revista *Forbes* como uma das mulheres mais poderosas do mundo. No ano seguinte não constava se quer na lista das cem mais. Ela agora retorna ao centro da vida política da Ucrânia, tendo inclusive ambições presidenciais. Entretanto, o mais relevante neste momento é como o seu retorno ao governo pode gerar descontentamento em Moscou. No dia 3 de outubro, poucos dias depois da eleição, a Gazprom, empresa estatal russa que explora e distribui o gás natural do país, ameaçou cortar o fornecimento de gás para a Ucrânia em razão de uma dívida US\$ 1,3 bilhão. Este débito era conhecido há meses, porém só veio a público como uma crise justamente no período de formação de coalizões, o que demonstra como o Kremlin tem utilizado seus recursos minerais para influenciar a política local ucraniana. Após reuniões entre autoridades russas e o ainda primeiro-ministro Yanukovych, foi alcançado um acordo provisório. Entretanto, é certo que a entrada de Tymoshenko no governo significará a renegociação dos termos do acordo de gás mais amplo assinado em janeiro de 2006 com a Rússia, que é apontado como desfavorável aos interesses ucranianos.

Questões de política externa que exaltam a divisão entre Rússia e Occidente foram evitadas durante a campanha, e só vieram à tona com as propostas de Yanukovych de transformar o russo em uma das línguas oficiais do país e de realizar um referendo sobre a entrada do país na OTAN. Tymoshenko e o Nossa Ucrânia concentraram-se em questões sociais, o que contribuiu também para atenuar as divisões políticas regionais, já que o Bloco de Tymoshenko ampliou muito sua participação no centro do país. Ainda assim, o tema energético foi recorrente.

A Ucrânia é rota de passagem para 80% do gás natural russo destinado à Europa Ocidental, por isso é do interesse de Bruxelas que o país esteja inserido nos regimes energéticos da região. Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* de maio – junho de 2007, Yulia Tymoshenko criticou as ambições russas de recuperar a influência perdida sobre os antigos satélites soviéticos, e demandou uma posição conjunta firme da União Européia ao lidar com a renovação do Acordo de Parceria e Cooperação, que guia as relações entre UE e Rússia. Neste contexto, Moscou tem se utilizado de contenciosos localizados, como o embargo comercial à Polônia e a questão do memorial de guerra na Estônia, para enfraquecer a formação de uma postura conjunta do bloco. Paralelamente, tem estabelecido acordos energéticos bilaterais, o que debilita ainda mais a política externa comum da UE.

Uma Ucrânia governada por partidos pró-Occidente pode significar uma aproximação com Bruxelas e, conseqüentemente, uma convergência nas expectativas sobre um regime energético mais estável e previsível, que traga segurança de demanda para a Rússia e segurança de fornecimento para a Europa. Contudo, para que o país possa de fato seguir esse caminho é fundamental que as instituições européias façam valer os valores democráticos tão presentes nos discursos, a despeito da relevância da energia russa. Até o momento, a busca a qualquer preço por um acordo com Moscou tem provocado ressentimentos dentro da UE por parte de integrantes do leste, que vêem a coesão do bloco deixada de lado em troca de um bom relacionamento com os russos. A aproximação da Ucrânia com a Europa Ocidental

não depende, portanto, apenas dos resultados políticos internos, mas também de como a UE vai lidar com a situação, tentando não gerar pressões por parte da Rússia.

Enquanto primeiro-ministro, Yanukovich vinha tentando transmitir uma imagem de moderno, não necessariamente vinculado à Moscou. Assim, as relações bilaterais da Ucrânia com a UE e com os Estados Unidos, sob um novo governo laranja,

não devem se alterar profundamente. As principais mudanças devem vir da Rússia, que não quer ter sua área de influência restringida. Neste ponto, forma-se um triângulo Ucrânia – Rússia – União Européia, já que a questão energética, a principal ferramenta de coerção de Moscou sobre Kiev, interessa especialmente à UE. O andamento do relacionamento Rússia – UE será fundamental, nesse sentido, na estabilização da política externa e doméstica da Ucrânia.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



**INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com